



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Relatório Final

Petição n.º 458/XII/4.ª

Peticionário:

**Movimento Estudantil "Basta, na rua
pela Escola Pública"**

N.º de assinaturas: 7435

**Contra os cortes na Educação inscritos no Orçamento do Estado para 2015, que significam a
destruição da Escola Pública**



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

I – Nota Prévia

A presente Petição, subscrita por 7435 peticionários, deu entrada na Assembleia da República a 2 de dezembro de 2014, tendo baixado à Comissão de Educação, Ciência e Cultura enquanto comissão competente na matéria.

Na reunião ordinária da Comissão, realizada a 15 de janeiro de 2015, após apreciação da respetiva nota de admissibilidade, a Petição foi definitivamente admitida e nomeada como relatora a Deputada ora signatária.

A audição dos peticionários, nos termos do n.º 1 do artigo 21.º da Lei de Exercício do Direito de Petição (LDP), realizou-se no dia 10 de março do mesmo ano.

Foi ainda promovido o envio de um pedido de informação ao Ministério da Educação e Ciência.

II – Objeto da Petição

Com a presente Petição, os peticionários pretendem a rejeição do Orçamento do Estado para 2015 (ainda em discussão à data da sua entrega na Assembleia da República) e da política de destruição da Escola Pública, bem como o reforço do investimento público na Educação, atribuído em função da realidade e necessidades materiais e humanas de cada escola, e a salvaguarda de uma escola pública, gratuita e de qualidade para todos.

Consideram que a política de desinvestimento e o ataque à escola pública dos sucessivos governos têm conduzido à atual insustentabilidade das escolas em Portugal, salientado os constantes cortes e a consequente degradação de inúmeras escolas que hoje necessitam de ser requalificadas.

Há escolas onde chove nas salas de aula, há escolas com problemas com o aquecimento, há escolas com falta de funcionários para as bibliotecas e refeitórios, há escolas onde a privatização das cantinas levou ao aumento do preço das refeições e há escolas com um excedente de alunos por turma, referem.

Alertam para o facto dos custos de frequência da educação serem insustentáveis e para o facto de muitos alunos não terem sequer manuais escolares, materiais necessários ou passes escolares.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Afirmam, que se o início do ano letivo 2014/2015 foi dos piores a que já assistimos, os cortes no Ensino Básico e Secundário só agravam esta situação, sendo que, desde 2011, o corte neste setor ultrapassa os 2.000 milhões de euros.

Terminam a sua petição, reforçando que a educação é um direito e não um privilégio daqueles que a podem pagar.

III – Análise da Petição

- i. O objeto da petição está especificado e o texto é inteligível, encontrando-se identificados os subscritores, estando também presentes os demais requisitos formais estabelecidos no artigo 9.º e 17.º da LDP (Lei nº 43/90, de 10 de Agosto, na redação dada pelas Leis n.ºs 6/93, de 1 de março, 15/2003, de 4 de junho e Lei nº 45/2007, de 24 de Agosto);
- ii. Da pesquisa efetuada à base de dados da iniciativa parlamentar e do processo legislativo (PLC), de acordo com a competente análise efetuada pelos serviços na respetiva nota de admissibilidade, não foi localizada nenhuma petição ou iniciativa legislativa sobre a matéria.
- iii. A matéria peticionada insere-se, em primeira linha, no âmbito da competência do governo, sem prescindir da devida competência da Assembleia da República, no exercício das funções de fiscalização, de vigiar pelo cumprimento da Constituição e das leis e apreciar os atos do governo e da Administração.

IV – Diligências efetuadas pela Comissão

a) Pedido de informação ao Ministro da Educação e Ciência

Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 3 do artigo 17.º da LDP, foi questionado o Ministério da Educação e Ciência, a 13 de janeiro de 2015, para que se pronunciasse sobre o conteúdo da presente petição no prazo máximo de 20 dias.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Até ao momento da elaboração do presente parecer, não foi remetida qualquer informação por parte do Ministério.

b) Audição dos peticionários

No passado dia 10 de março realizou-se, em plenário da Comissão, a audição dos peticionários, tendo estado presentes Miguel Mestre, Joana Santos e Bianca Santos.

Na sua intervenção inicial, os peticionários contestaram os cortes na Educação, nomeadamente com o Orçamento do Estado para 2015, e concretizaram vários problemas existentes nas escolas como sejam a falta de professores e de pessoal não docente no início do ano, a falta de aquecimento em alguns estabelecimentos e a não realização de obras ou a paragem das mesmas, referindo, designadamente, que metade da Escola Gago Coutinho está vedada aos alunos, numa escola de Mem Martins há pavilhões com ferro à mostra, na Escola António Arroio as obras foram iniciadas e agora estão paradas e a Escola Secundária de Camões aguarda obras há vários anos.

Indicaram ainda que a Escola de Santa Maria, em Sintra, na qual estudava o 1.º peticionário, tinha sido remodelada pela Parque Escolar havia menos de 3 anos e já tinha falta de espaço, pelo que alguns dos seus alunos tinham aulas noutra escola, com falta de condições.

Realçaram que a ação social escolar é insuficiente, havendo dificuldades para a aquisição dos manuais escolares e dos passes, dando ainda o exemplo de alunos cujos passes custam 80€ mensais e salientando que muitos não podem continuar a estudar.

Concluíram que há muitas escolas com problemas mais recentes de instalações, mas noutros casos a falta de obras já se arrasta há muitos anos.

Interveio de seguida a Deputada Isilda Aguincha (PSD) que realçou o facto de a Parque Escolar ter gasto excessivamente, prejudicando a concretização de obras noutras escolas, concordou que havia muitas escolas com falta de condições e transmitiu que não se revia nas questões referidas em relação à ação social escolar, tendo salientado que se apoiava os alunos que necessitavam e alteravam com celeridade os níveis de apoio na sequência das mudanças de rendimento.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

A Deputada Sandra Pontedeira (PS) realçou que a petição permitia uma vez mais a discussão e a defesa da escola pública para todos e de qualidade, defendeu que a educação e a formação são essenciais para o crescimento e desenvolvimento do país e pediu que os peticionários se pronunciassem sobre as questões curriculares e os programas das disciplinas atuais

A Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) informou que aquando da discussão da Proposta de Lei do Orçamento do Estado tinham sido equacionados os cortes na Educação e a variedade das suas causas, referiu a diminuição de alunos e as suas consequências, equacionou o preço dos manuais escolares, particularmente no ensino secundário e pediu aos peticionários para se pronunciarem sobre a utilização da bolsa de empréstimo de manuais e o seu reflexo.

A Deputada Rita Rato (PCP) referiu que o PCP tem acompanhado o desinvestimento na escola pública, nomeadamente a falta de pessoal (docente e não docente) e a sua precariedade, apresentando várias propostas nesse âmbito, quase sempre rejeitadas pela maioria, com exceção do passe 4-18. Salientou ainda as várias insuficiências verificadas, nomeadamente o facto de os alunos do escalão A terem deixado de ter comparticipação nas visitas de estudo e a importância do compromisso dos Grupos Parlamentares com a Lei de Bases do Sistema Educativo e a escola pública.

Em resposta às questões e observações feitas, os peticionários referiram que a bolsa de empréstimo de manuais funcionava genericamente com livros doados pelos alunos e já em más condições. Salientaram ainda que o sistema de ensino estava muito direcionado para avaliação através dos exames e não tanto para a preparação global dos alunos.

Em relação à Escola de Santa Maria, em Sintra, remodelada pela Parque Escolar, referiram que chove no respetivo pavilhão desportivo. Indicaram depois que na Escola Alves Redol falta apoio a nível dos manuais escolares e deram conta de intervenções excessivas do diretor, a nível de processos eleitorais dos alunos, não tendo autorizado uma reunião geral dos mesmos e tendo solicitado a intervenção da Polícia de Segurança Pública.

A Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD) referiu que tinha estudado na referida escola de Sintra e congratulou-se por a mesma ter atualmente condições muito melhores e defendeu que não se queria que os alunos decorassem apenas para os exames.

A Deputada Rita Rato (PCP) lamentou a postura dos Deputados em relação aos peticionários, que considerou de menor respeito a determinado momento, tendo essa posição suscitado intervenções



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

dos Deputados dos vários Grupos Parlamentares e por fim do Presidente da Comissão, o qual referiu entender que tinha havido respeito em relação aos peticionários, mas as posições em relação à petição eram diferentes e salientando que o Parlamento era um espaço plural, que só funcionava em democracia.

V - Parecer

Face ao supra exposto, a Comissão de Educação, Ciência e Cultura emite o seguinte parecer:

- a) O objeto da petição é claro e está bem especificado, encontrando-se identificado o peticionário e estando preenchidos os demais requisitos formais e de tramitação estabelecidos no artigo 9.º da LDP;
- b) A presente petição, face ao número de subscritores, tem de ser apreciada em Plenário da Assembleia da República, em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º da LDP;
- c) Deve ser remetida cópia da petição e do respetivo relatório aos Grupos Parlamentares e ao Governo, para eventual apresentação de iniciativa legislativa ou tomada de outras medidas, nos termos do artigo 19º da LPD;
- d) O presente Relatório deverá ser remetido à Senhora Presidente da Assembleia da República, nos termos do n.º 8 do artigo 17.º e do n.º 2 do artigo 24.º da LDP.

Palácio de S. Bento, 14 de abril de 2015

A Deputada Autora do Parecer

(Sandra Pontedeira)

O Presidente da Comissão

(Abel Batista)

